



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza -

GABINETE DO PREFEITO

Ofício n.º 211/2017-GP (fls. 1/2)

São Roque, 28 de março de 2017

**Assunto: RETIRADA DO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 05**

Senhor Vereador Presidente,

Dada a relevância da matéria contida no projeto de Lei Complementar n.º 05, que objetiva a regulamentação do comércio ambulante, proporcionando assim maior segurança jurídica para a pessoa física ou jurídica dos ambulantes e, visando concedermos à matéria uma análise mais aprofundada, no sentido de adequarmos as questões técnicas do projeto do comércio ambulante à realidade enfrentada em nosso Município, vimos mui respeitosamente perante Vossa Excelência solicitar a retirada do Projeto de Lei Complementar n.º 05/2017, encaminhado a essa Egrégia Casa de Leis por intermédio de Mensagem de mesmo número.

Colocando-nos à inteira disposição, aguardo seja a solicitação aprovada, agradecendo aos Nobres Vereadores e aproveitando a oportunidade para renovarmos nossos cumprimentos.

**CLAUDIO JOSÉ DE GÓES
PREFEITO**

Exmo. Sr.
Newton Dias Bastos
Vereador Presidente
Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque

\RB-mn.-

Prefeitura da Estância Turística de São Roque
Rua São Paulo, 966 – Taboão – 18135-125 - São Roque - SP
www.saoroque.sp.gov.br
PABX: (11) 4784-8500
Gabinete: (11) 4784-8523 ou 4874-8591
E-mail: gabinete@saoroque.sp.gov.br



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
E S T A D O D E S Ã O P A U L O

**MENSAGEM DE PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 05/2017
De 24 de março de 2017**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar à apreciação de Vossa Excelência e dessa Nobre Câmara Municipal, o incluso projeto que dispõe sobre o comércio ambulante de pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidos ou não no município e dá outras providências.

É fato incontroverso que o segmento de vendedores ambulantes necessita de regulamentação, visto que é uma realidade neste Município.

O Comércio ambulante regulamentado proporcionará segurança jurídica não só para a pessoa física ou jurídica que estará desenvolvendo o seu negócio, mas também para a Administração Pública Municipal, sem contar que proporcionará a necessária organização dentro dos limites territoriais municipais.

Cada vez menos o comércio ambulante representa um refúgio para os menos escolarizados, a realidade de hoje, conforme pesquisas realizadas pelo *IBGE*, revelam uma tendência de crescimento da mão de obra qualificada no comércio ambulante, ou seja, o que pode ser observado é um trabalhador ambulante cada vez mais escolarizado.

Esse fato demonstra que a dificuldade em encontrar emprego não mais se circunscreve aos redutos de baixa escolaridade, mas tem corroído todos os níveis educacionais sem fazer acepção de pessoas ressalta-se a grande importância da atividade de comércio ambulante para as famílias.

Conclui-se, então, pela necessidade de uma regulamentação maior desse segmento do setor serviços de comércio, buscando regularizá-lo a ponto de torná-lo consistente e

04



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

responsável, sobretudo, trazendo segurança as pessoas que honestamente exploram essa atividade, bem como para o consumidor.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e demais membros dessa Augusta Casa meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, **requerendo para este projeto de lei complementar os benefícios da tramitação sob regime de urgência**, nos termos do art. 191, inciso II e art. 195, do Regimento Interno dessa Augusta Casa de Leis.

CLAUDIO JOSÉ DE GÓES
PREFEITO

Ao Exmo. Sr.
Newton Dias Bastos
DD. Presidente da Egrégia Câmara Municipal de
São Roque – SP



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
E S T A D O D E S Ã O P A U L O

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 05,
De 24/03/2017**

Dispõe sobre o comércio ambulante de pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidos ou não no município e dá outras providências.

O Prefeito da Estância Turística de São Roque, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. O exercício de comércio ambulante por pessoa física ou jurídica sujeita-se a autorização prévia do Chefe do Executivo, observado o art. 206 e parágrafos da Lei Orgânica Municipal, as disposições desta lei, o interesse público e respeitando as exigências higiênico sanitárias, viárias e urbanísticas em geral.

Art. 2º Considera-se comércio ambulante toda atividade profissional, comercial ou de prestação de serviços exercida por pessoa física ou jurídica em logradouros públicos.

Parágrafo Único. Em relação a pessoa jurídica, somente as registradas como Microempreendedor Individual ou Empresário Individual poderão praticar o comércio ambulante.

Art. 3º O procedimento de concessão de autorização será instruído com a documentação conveniente, nos seguintes termos:

I - os pedidos deverão ser instruídos com documentos de identificação do interessado e de comprovação de suas condições pessoais e jurídicas, além de outros pertinentes à atividade específica a ser exercida;

II - as autorizações e renovações serão concedidas mediante a apresentação de documentos que comprovem a plena habilitação do requerente contemplado, tais como os de controle sanitário e os de aquisição e conservação de equipamentos exigidos, além de estar com os tributos quitados.

III - a existência de espaço público para essa finalidade.

Art. 4º. A Fiscalização de Tributos instruirá o pedido do interessado com a possibilidade de instalação no local desejado.

Art. 5º. O comércio ambulante poderá ser exercido pelos seguintes meios:

pl



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

I - tabuleiros com as dimensões máximas de 1,00m (um metro) por 1,00m (um metro);

II – sacolas, carrinhos de feira e recipientes a tiracolo;

III – cesta, caixas e caixas térmicas;

IV – pequenos carrinhos (tipo de sorvete);

V - veículos motorizados;

VI – trailers, containers e barracas.

Parágrafo Único. Os equipamentos deverão contar com autorização prévia e atender a rigorosos padrões de material, dimensões, higiene, conservação, transporte e guarda, conforme determinação dos órgãos competentes do Município.

Art. 6º. Ao determinar os pontos de estacionamento dos equipamentos previstos nos incisos IV, V e VI do art. 5º, o Poder Executivo observará a vedação da atividade:

I - em logradouros onde for proibido estacionamento de veículos em geral;

II - em locais nos quais possa prejudicar o trânsito de veículos, a circulação de pedestres, a viabilidade econômica do comércio estabelecido e a paisagem urbana;

III - sobre calçadas e ruas, exceto em casos de especial interesse público, demonstrado em decisão da autoridade competente;

IV - a menos de 100m (cem metros) de estabelecimento que venda exclusivamente os mesmos produtos;

V - a menos de 100m (cem metros) de outro comerciante ambulante estabelecido, exceto o previsto no inciso VII;

VI - a menos de 5m (cinco metros) de esquina;

VII - à distância de menos de 200m (duzentos metros) entre trailers;

VIII - nas proximidades de monumento público e de bens tombados;

Art. 7º. O comércio ambulante previsto nos incisos IV, V e VI do art. 5º, não poderá ensejar a colocação de toldos, mesas e cadeiras ao redor.

Art. 8º. Os comerciantes ambulantes deverão portar a licença ao exercer a atividade para apresentá-la à fiscalização sempre que solicitado.

Art. 9º. É proibida a presença de ambulantes nas feiras livres.

Art.10. O comércio ambulante poderá exercer suas atividades das 8h00 as 18h00.

CH



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
E S T A D O D E S Ã O P A U L O

Art. 11. Será permitido aos comerciantes ambulantes, desde que esteja de acordo com a legislação competente, exercer as seguintes atividades:

- I - venda de artigos de artesanato;
- II - venda de peças de vestuário;
- III - venda de suvenires, bijuterias, miudezas, quinquilharias, artigos de armarinho e brinquedos;
- IV - venda de calçados;
- V - venda de artigos de toucador;
- VI - venda de artigos de papelaria e de escritório;
- VII - venda de livros, revistas, discos, mídia CD e DVD;
- VIII - venda de cartões telefônicos;
- IX - venda de bilhetes e cartões de loteria;
- X - venda de cigarros nacionais;
- XI - venda de plantas e flores ornamentais, medicinais e frutíferas;
- XII - venda de frutas, legumes, verduras, ovos, doces, chocolates, refrigerantes, refrescos, água mineral, água de coco, caldo de cana, pão, balas, confeitos, biscoitos, sorvetes, sanduíches, salgados, empadas e bebidas;
- XIII - venda de sanduíches, cachorro-quente, pipoca, pastel, tapioca, algodão-doce, churros, amendoim e milho;

§ 1º - Não se incluem no inciso XII bebidas alcoólicas.

§ 2º - Não será permitido o preparo de alimentos no local de exercício da atividade, com exceção dos previstos no inciso XIII.

Art. 12. A comercialização de produtos alimentícios deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – as bebidas deverão ser servidas em copos de plásticos ou em recipientes industrializados devidamente lacrados, vedada a venda em embalagens de vidro;
- II – as frutas, legumes e verduras deverão apresentar-se em condições de consumo;

Art. 13. A ocupação dos espaços públicos destinados ao comércio ambulante será outorgada em forma de licença, dada a título precário, oneroso e por prazo indeterminado.

Parágrafo Único. Todas as licenças poderão ser cassadas a qualquer tempo, sem que assista ao licenciado direito de reclamação ou indenização por parte da Prefeitura.

ck



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

Art. 14. Os interessados em comercializar deverão fazer a solicitação mediante requerimento da licença junto a Divisão de Rendas e, se deferido pelo chefe do Executivo deverá o interessado apresentar a repartição solicitante, para fins de cadastro mobiliário, a seguinte documentação:

I – Para Pessoa Física:

- a) DECA Municipal;
- b) Documentos pessoais atualizados – RG e CPF;
- c) Comprovante de residência atualizado;
- d) Atestado de Saúde, no caso de comercialização de

alimentos.

II – Para Pessoa Jurídica:

- a) DECA Municipal;
- b) Documentos da empresa atualizados – CNPJ e
Inscrição Estadual;
- c) Comprovante da sede atualizado;
- d) Documentos pessoais atualizados do
representante legal da pessoa jurídica;
- e) Atestado de Saúde da pessoa que irá trabalhar
com a manipulação e venda de alimentação.

Parágrafo único. Para o início da atividade, deverá ser expedido termo de autorização a título precário e oneroso.

Art. 15. Para concessão da licença serão observados o número de vagas disponíveis, respeitando sempre a ordem cronológica de entrada dos requerimentos e respeitando-se a conveniência dos produtos a serem comercializados.

Art. 16. Recebendo o deferimento do pedido de licença, o solicitante terá 30 (trinta) dias para encaminhar toda a documentação exigida ao Cadastro Mobiliário da Divisão de Rendas, a contar da data da ciência do deferimento do pedido, ao final do qual o mesmo perderá o direito de exercer a atividade.

Art. 17. As licenças serão revalidadas anualmente até o dia 31 de janeiro de cada ano, obrigatoriamente. Para tanto, o ambulante deverá comparecer ao serviço de Cadastro Mobiliário da Divisão de Rendas desta municipalidade e apresentar os seguintes documentos para renovação da matrícula:

I – requerimento solicitando a revalidação da licença por mais um exercício;

II - Atestado de Saúde atualizado, no caso de
alimentação;

14



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
E S T A D O D E S Ã O P A U L O

III – comprovante de quitação dos tributos do exercício anterior;

IV – comprovante de quitação das parcelas de parcelamento dos tributos dos exercícios anteriores, para os já licenciados na data de publicação desta lei;

V – comprovante do recolhimento de multas, impostas por autos de infração, que tenham transitado em julgado em esfera administrativa.

Art. 18. A Prefeitura efetuará o cancelamento da inscrição municipal do ambulante se for constatado o não recolhimento dos tributos e a não revalidação da licença, permanecendo a cobrança dos débitos existentes.

Parágrafo único. Após o cancelamento da inscrição municipal, o ambulante somente será readmitido depois de quitar os débitos existentes e se houver o espaço físico disponível, além de observar a ordem cronológica de pedidos, conforme disposto no artigo 15.

Art. 19. A licença poderá ser revogada a qualquer tempo desde que não observadas às condições estabelecidas na presente lei, bem como se houver necessidade imperiosa de utilização do espaço concedido, sem que assista ao interessado o direito a qualquer indenização, seja a que título for.

Art. 20. No caso de falecimento, invalidez ou aposentadoria do titular da licença, que seja pessoa física, a Divisão de Rendas poderá autorizar a transferência da licença ao cônjuge e a eventuais herdeiros que venham a requerê-la no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento, observando-se o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo Único. As transferências de que tratam esse artigo implicarão a ocupação do mesmo espaço físico do antecessor, depois de cumpridas as formalidades previstas e recolhidas aos cofres municipais as importâncias correspondentes aos tributos, taxas e multas pertinentes, não sendo permitido a alteração do ramo de atividade designado no termo de licença.

Art. 21. Fica proibido ao ambulante a concessão de mais de uma licença.

Art. 22. As taxas de ocupação de solo devidas pelos contribuintes serão lançadas anualmente até 28 de fevereiro de cada exercício, e serão recolhidas mensal e sucessivamente, com vencimentos definidos no aviso de lançamento.

04



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

Art. 23. A base de cálculo para se determinar o valor mensal da ocupação de solo deverá levar em consideração as áreas utilizadas (m²), multiplicada pelo número de dias utilizados e por:

- I - 0,0080 UFM, se localizada no centro da cidade;
- II - 0,0045 UFM, se localizada nos bairros/distritos;

Parágrafo Único. Considera-se centro para efeitos desta lei a área delimitada pelas seguintes vias públicas: Avenida John Kennedy, Avenida Aracaí, Rua José Daniel Arnóbio, Rua São Paulo, Rua Pedro Conti, Rua Duque de Caxias, Rua Sotero de Souza, Rua São Joaquim, Rua Barão de Piratininga, Rua Amador Bueno, Rua Santa Quitéria, Avenida Brasil, Rua Anhanguera, Rua Professor Tibério Justo da Silva, Avenida Três de Maio, Largo dos Mendes até encontrar a Avenida John Kennedy.

Art. 24. A taxa de licença para localização e funcionamento devida pelos contribuintes será lançada anualmente e recolhida em parcela única, com vencimento definido no aviso de lançamento e calculada conforme segue:

- I – sem utilização de espaço público = 0,20 da UFM;
- II – até 1,00 metro quadrado = 0,40 da UFM;
- III – de 1,01 até 5,00 metros quadrados = 0,60 da UFM;
- IV - de 5,01 até 10,00 metros quadrados = 1,00 da UFM;
- V - de 10,01 até 15,00 metros quadrados = 1,30 da UFM;
- VI - de 15,01 até 20,00 metros quadrados = 1,70 da UFM.
- VII – acima de 20,01 metros quadrados = 2,00 da UFM

Art. 25. Toda a receita arrecadada com os tributos, inclusive multas, previstas nesta legislação será creditada em conta própria a ser administrada pelo Departamento de Finanças desta municipalidade e custeará as despesas da fiscalização de tributos.

Art. 26. Os ambulantes deverão observar as seguintes prescrições durante o exercício de sua atividade:

- I - colocar em local bem visível a licença, expedido pela Prefeitura;
- II - estar munido de documentos que comprovem sua identidade;
- III - vender somente produtos que constem na sua licença;

ck



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

IV - não colocar mercadorias fora do limite de suas bancas, barracas, trailer e congêneres;

V - afixar sobre as mercadorias, de modo bem visível, indicação de preços;

VI - não vender gêneros falsificados, deteriorados ou condenados pelo serviço sanitário, impróprio para o consumo ou ainda com falta nos pesos e medidas;

VII - manter rigorosa higiene pessoal, do vestuário, dos equipamentos, como também no espaço físico e arredores ocupados;

VIII - observar irrepreensível a compostura, discrição e polidez no trato com o público;

IX - não fazer algazarra;

X - respeitar rigorosamente o horário de funcionamento, início e término, observando as normas de posturas;

XI - usar papel adequado para embrulhar os gêneros alimentícios;

XII - não utilizar árvores e postes existentes no local para qualquer finalidade ou para colocação de anúncios e mostruário;

XIII - cumprir rigorosamente o disposto:

a) no tocante a limpeza pública e a Legislação Municipal vigente;

b) nas normas do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – IPEM, no tocante a aferição das balanças;

c) no Código do Consumidor;

XIV - observar rigorosamente as exigências de ordem higiênico-sanitária previstas na legislação em vigor, quanto a comercialização de gêneros alimentícios;

XV - efetuar o pagamento de tributos e multas devidas à municipalidade, em relação ao licenciamento e nos prazos estabelecidos;

XVI - acatar as ordens e instruções da fiscalização e das autoridades competentes, devidamente identificados e credenciados no exercício de suas funções;

XVII - ocorrendo o extravio da licença o ambulante deverá comunicar o fato ao setor competente e requerer por escrito a 2ª (segunda) via;

Art. 27. Sem prejuízo do previsto no parágrafo único do artigo 13 desta lei, a cassação da licença será aplicada, dentre outras hipóteses, quando o comerciante ou prestador de serviços, pessoa física ou jurídica, incorrer:

I - a falta de pagamento dos tributos ou de qualquer quantia devida à Municipalidade;

II - a sublocação da licença;

III - permitir que terceiro não licenciado pela Administração, faça o uso parcial ou total de seus equipamentos e ou espaço para o exercício de atividade;

IV - a indisciplina ou embriaguez do ambulante;

ok



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

V – sofrer o ambulante de moléstia contagiosa que o impossibilite, a juízo da Prefeitura, de exercer suas atividades;

VI - adulterar ou rasurar, por qualquer meio fraudulento, os documentos necessários ao exercício da atividade;

VII - comercializar produtos ilícitos;

VIII - praticar atos simulados ou prestarem falsa declaração à Administração;

IX - praticar crimes, durante o exercício de suas atividades;

X - comercializar produtos impróprios para o consumo;

XI - causar confusões ou brigas.

XII - a reincidência de infração, bem como a inobservância de qualquer outra disposição legal ou regulamentar, sem prejuízo da imposição da multa ou penalidade especial consequente à infração cometida;

XIII – a condenação do ambulante pela prática de crime, cuja pena é de reclusão.

Art. 28. Os ambulantes licenciados ficam sujeitos as seguintes penalidades por infração ao disposto na presente lei:

I – multa:

a) ao ambulante que infringir quaisquer das normas legais previstas nesta lei ficará sujeito a multa de 2 (duas) UFM(s);

b) na reincidência da infração a multa será elevada em dobro;

c) na terceira infração suspender-se-á definitivamente a licença, sem direito à indenização ou restituição por qualquer tributo que tenha pago anteriormente.

II - apreensão;

III – cassação.

Art. 29. O auto de infração será lavrado pelos Agentes Fiscais de Tributos diretamente ao ambulante que:

I - estiver em desacordo com as normas vigentes;

II - desacatar os fiscais no exercício de suas funções ou em razão delas;

III - resistir a execução ou a ato legal mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo;

IV - não exercer pessoalmente seu comércio;

V - adulterar ou rasurar, fraudulentamente, qualquer documento necessário ao exercício de suas atividades.

Art. 30. Os ambulantes não licenciados pela Prefeitura, que forem encontrados comercializando produtos, serão punidos com multa de 2 (duas) UFM(s) e terão apreendidas as mercadorias, bem como carrinhos, bancas, veículos e congêneres.

04



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

E S T A D O D E S Ã O P A U L O

§ 1º Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro.

§ 2º As mercadorias apreendidas serão removidas para o depósito e devolvidas somente após a apresentação da respectiva nota fiscal, pagamento das despesas decorrentes da apreensão e depósito, além da multa.

§ 3º Não atendendo ao disposto no parágrafo anterior, serão as mercadorias dentro de 10 (dez) dias, contados da apreensão, destinadas para entidades beneficentes, assistências ou filantrópicas a critério do chefe do Executivo, salvo as mercadorias deterioráveis, cujo prazo de destino será de 24 horas.

§ 4º As mercadorias apreendidas que apresentem vestígios de deterioração serão inutilizadas, após verificação e manifestação da Vigilância Sanitária.

§ 5º Em situações adversas, será obrigatória a presença da GCM, para garantir a execução dos trabalhos.

§ 6º. Não caberá aos infratores direitos a qualquer tipo de indenização.

Art. 31. O comerciante ou prestador de serviços ambulantes poderá requerer afastamento de suas atividades nas seguintes hipóteses:

I - até 30 (trinta) dias para férias particulares, após 12 (doze) meses de regular exercício da atividade;

II - para tratamento médico, pelo prazo necessário comprovado por atestado médico.

Art. 32. Compete ao Diretor de Finanças conhecer e julgar as impugnações que envolverem a aplicação das penalidades previstas.

Parágrafo único. A decisão será publicada na Imprensa Oficial.

Art. 33. Da decisão do Diretor caberá recurso hierárquico dirigido ao Chefe do Executivo, sem efeito suspensivo, no prazo de quinze dias da ciência da decisão.

Art. 34. Fica proibido aos fiscais tratar de interesse de ambulantes junto a Prefeitura.

ck



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
E S T A D O D E S Ã O P A U L O

Art. 35. Os casos omissos serão apreciados e decididos pelo chefe do Executivo.

Art. 36. Esta Lei complementar deverá ser regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 37. Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os valores tributários a 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 24/03/17

CLAUDIO JOSÉ DE GÓES
PREFEITO

Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP
CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone: (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447
Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

EMENDA Nº 001/2017

Modificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 005-E.

O parágrafo único, do artigo 23 do Projeto de Lei Complementar nº 005-E, de 24/02/2017, que "Dispõe sobre o comércio ambulante de pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidas ou não no Município e dá outras providências", passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. Considera-se centro para efeitos desta lei a área delimitada pelas seguintes vias públicas: Avenida John Kennedy, Avenida Aracaí, Rua José Daniel Arnóbio, Rua São Paulo, Rua Pedro Conti, Rua Duque de Caxias, Rua Sotero de Souza, Rua São Joaquim, Rua Barão de Piratininga, Rua Amador Bueno, Rua Santa Quitéria, Avenida Brasil, Rua Anhanguera, Rua Professor Tibério Justo da Silva, Avenida Três de Maio, Largo dos Mendes até encontrar a Avenida John Kennedy e Avenida Bandeirantes."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir no parágrafo único do artigo 23 do Projeto de Lei Complementar nº 005-E a Avenida Bandeirantes, tendo em vista ser esta uma importante via central do Município que acabou ficando de fora da redação do referido dispositivo.

Sala das Sessões "Dr. Júlio Arantes de Freitas", 27 de março de 2017.


ISRAEL FRANCISCO DE OLIVEIRA
(TOCO)
Vereador

Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP
CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone: (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447
Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

EMENDA Nº 002/2017

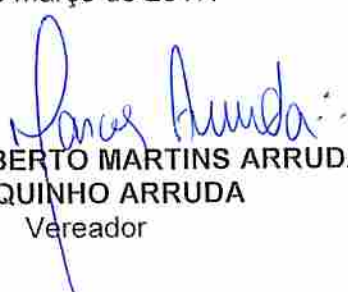
*Emenda supressiva ao Projeto de Lei
Complementar nº 05/2017-E*

Fica suprimido o Artigo 7º, do Projeto de Lei
Complementar nº 05/2017-E.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva suprimir da propositura original dispositivo que impediria a colocação de toldos, mesas e cadeiras ao redor do comércio ambulante por veículos motorizados e trailers, containers e barracas.

Sala das Sessões "Dr. Júlio Arantes de Freitas", 27
de março de 2017.


MARCOS ROBERTO MARTINS ARRUDA
MARQUINHO ARRUDA
Vereador

PROTOCOLO Nº CETSRS 27/03/2017 - 21:31:42 01565/2017

Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP
CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 | Fone: (11) 4784-8444 | Fax: (11) 4784-8447
Site: www.camarasaoroque.sp.gov.br | E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

EMENDA Nº 003/2017

*Emenda Modificativa ao Projeto de Lei
Complementar nº 05/2017-E*

O inciso XIII, do Artigo 11 do Projeto de Lei Complementar nº 05/2017-E, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11...

XIII - venda de sanduíches, cachorro-quente, pipoca, pastel, tapioca, algodão-doce, churros, amendoim, milho, churrasquinho e caldo de cana;"

JUSTIFICATIVA

Pela presente Emenda pretendem os Nobres Vereadores proponentes da propositura incluir no rol de produtos que podem ser vendidos e preparados no local o churrasquinho e o caldo de cana, itens que seguramente não foram colocados no rol original por um lapso do Poder Executivo.

Sala das Sessões "Dr. Júlio Arantes de Freitas", 27 de março de 2017.

JULIO ANTONIO MARIANO
Vereador

JOSÉ ALEXANDRE PIERRONI DIAS
Vereador

PROTOCOLO Nº CETSRS 27/03/2017 - 21:34:25 01566/2017